



Colombia Internacional

ISSN: 0121-5612

Departamento de Ciencia Política y Centro de Estudios
Internacionales. Facultad de Ciencias Sociales,
Universidad de los Andes

Bolognesi, Bruno; Horochovski, Rodrigo R.; Junckes, Ivan J.; Roeder, Karolina M.
Como os partidos distribuem o dinheiro. Estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil
Colombia Internacional, núm. 104, 2020, Outubro-Dezembro, pp. 33-62
Departamento de Ciencia Política y Centro de Estudios Internacionales.
Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes

DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint104.2020.02>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81265215002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Como os partidos distribuem o dinheiro. Estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil

Bruno Bolognesi
Universidade Federal do Paraná

Rodrigo R. Horochovski
Universidade Federal do Paraná

Ivan J. Junckes
Universidade Federal do Paraná

Karolina M. Roeder
Universidade Federal do Paraná

CÓMO CITAR:

Bolognesi, Bruno, Rodrigo R. Horochovski, Ivan J. Junckes y Karolina M. Roeder. 2020. "Como os partidos distribuem o dinheiro. Estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil". *Colombia Internacional* 104: 33-62. <https://doi.org/10.7440/colombiaint104.2020.02>

RECIBIDO: 26/02/2019

ACEPTADO: 18/05/2019

REVISADO: 26/09/2019

<https://doi.org/10.7440/colombiaint104.2020.02>

RESUMO. Objetivo/contexto: em democracias consolidadas, partidos políticos distribuem recursos internamente baseados numa estratégia para o próprio fortalecimento. Contudo, ainda são poucos os estudos dedicados a analisar o papel dos partidos políticos como intermediadores entre recursos financeiros e candidatos. Desse modo, analisamos as estratégias eleitorais dos partidos políticos com base nas formas pelas quais eles investem recursos financeiros próprios, especificamente advindos do caixa partidário, nas eleições para deputado federal no Brasil em 2014. **Metodologia:** testamos a hipótese sobre os recursos de origem partidária serem distribuídos a fim de privilegiar os candidatos que têm mandato representativo, a despeito da estrutura organizativa. A hipótese está baseada no traço personalista que caracteriza a dinâmica político-eleitoral no país. **Conclusões:** nossos dados apontam que as agremiações distribuem seus recursos com vistas ao potencial eleitoral dos indivíduos malgrado sua estrutura organizacional. Não

Os autores agradecem os valiosos comentários de Wagner Pralon Mancuso e Bruno Wilhelm Speck à primeira versão deste artigo, e as sugestões dos pareceristas anônimos da *Colombia Internacional*, que fizeram este texto melhor.

importa quão robusto institucionalmente é um partido político, todos os recursos são concentrados em poucos candidatos. Tal estratégia revela que a estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros não guarda relação com a estratégia partidária durante as eleições legislativas. **originalidade:** mostramos como os partidos brasileiros são sequestrados por seus parlamentares e, independentemente da força da organização, os recursos partidários acabam por reforçar a ausência de competição e democracia interna no interior dessas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos políticos, organização partidária, estrutura organizacional, financiamento partidário, financiamento de campanha, eleições 2014 em Brasil.

How Political Parties Dole out Money? Organizational Structure and Electoral Resources in 2014 Brazilian Elections

ABSTRACT. Objective/Context: In advanced democracies, political parties distribute their resources internally to make themselves stronger. Few studies examine the role of parties as intermediaries between campaign resources and candidates. Hence, we examine how political parties assigned campaign resources in 2014 election for federal deputies. **Methodology:** We tested the following hypothesis: resources from parties will be distributed to favor candidates holding office, at the expense of the party's organizational structure. Our hypothesis is grounded on the personalistic trait surrounding Brazil's political-electoral dynamics. **Conclusions:** Data indicates that parties assign their financial resources considering candidate's individual electoral potential, at the expense of their organizational structure. Such a strategy reveals that the organizational structure of Brazilian parties is not related to the party's strategy during elections. **Originality:** We show how often Brazilian political parties are "hijacked" by their elected representatives and, regardless of their organizational strength, party resources end up reinforcing the lack of competitiveness and internal democracy within the organization.

KEYWORDS: Political parties; party organization; organizational structure; party finance; campaign finance; 2014 Brazilian elections.

¿Cómo los partidos distribuyen el dinero? Estructura organizacional y recursos electorales en 2014 en Brasil

RESUMEN. Objetivo/Contexto: en democracias avanzadas los partidos distribuyen sus recursos internos a través de una estrategia que busca hacerlos más fuertes. Pocos estudios se dedican a analizar el papel de los partidos políticos como intermediarios entre recursos financieros y su estrategia electoral. Así, este trabajo estudia la forma en que los partidos políticos distribuyeron sus recursos provenientes del cuadro partidista en las elecciones para diputado federal de 2014 en Brasil. **Metodología:** probamos la siguiente hipótesis: los recursos de origen partidista serán distribuidos a favor de los candidatos que buscan ser reelegidos, en detrimento de la estructura organizativa del partido. Esta hipótesis se basa en el rasgo personalista que marca la dinámica partidista-electoral brasileña. **Conclusiones:** nuestros datos señalan

que los partidos distribuyen sus recursos considerando el potencial electoral de los candidatos e independientemente de su estructura organizacional. Dicha estrategia revela que la estructura organizacional de los partidos políticos brasileños no guarda relación con la estrategia partidista durante las elecciones legislativas. **Originalidad:** señalamos la manera en que los partidos políticos brasileños son “secuestrados” por sus representantes elegidos, así como la forma en que, independientemente de su fuerza organizativa, sus recursos financieros terminan agravando la falta de competitividad y democracia interna dentro de este tipo de organizaciones.

PALABRAS CLAVE: Partidos políticos; organización partidista; estructura organizativa; financiación partidista; financiación electoral; elecciones de 2014 en Brasil.

Introdução

Parte das pesquisas que buscam mensurar, classificar e agrupar partidos políticos no Brasil tem como fonte de dados resultados eleitorais. Os partidos brasileiros são frequentemente classificados com base em variáveis, como quantidade de cadeiras na câmara dos deputados, número de cidades governadas, proporção de votos do eleitorado etc. (Berlatto, Codato e Bolognesi 2016; Dantas e Praça 2010; Ev e Melo 2014; Nascimento *et al.* 2016). Adicionalmente, estudiosos preocupados com o aporte financeiro dos partidos em períodos eleitorais tentaram responder como se dá a relação entre dinheiro e sucesso eleitoral ou como doadores investem em candidatos (Cervi 2010; Figueiredo Filho 2009; Horochovski *et al.* 2016; Mancuso 2015; Peixoto 2010; Sacchet e Speck 2012; Samuels 2001b; Speck e Mancuso 2011). Ainda que as variáveis de análise sejam diferentes, a dimensão pela qual se olha para os partidos é a eleitoral. O efeito da escolha pela mensuração eleitoral é encontrar apenas uma face dos partidos políticos (Andeweg 2011; Müller e Strøm 1999).

Diante desse quadro, o objetivo deste artigo é analisar a relação entre a organização partidária e os recursos que as legendas desfrutam disputando votos. Para isso, partimos de dois supostos. O primeiro circunscreve-se na impossibilidade da mensuração do partido a partir de seu desempenho competitivo. Os resultados eleitorais são, primordialmente, o *output* da relação entre estrutura partidária e recursos. Então, tomar o resultado eleitoral como *proxy* para entender como os partidos arrecadaram seus recursos para produzir determinado resultado sugere tautologia. O segundo suposto compreende que, para mensurar o potencial de um partido desempenhar positivamente nas eleições, é preciso recorrer à estrutura organizativa dele (Tavits 2012). A máquina que movimenta eleitores, cabos eleitorais, conexões e palanques, aquilo que mobiliza o recurso arrecadado. Precisamos saber, antes da urna, a capacidade da agremiação para

que o doador enxergue ali um bom lugar para depositar seu investimento e para que o partido seja capaz de articular seus interesses ao competir com os pares.

Aqui é necessária uma ressalva. Apenas a dinâmica eleitoral não é capaz de revelar como partidos políticos se organizam ou como se estruturam no Brasil, ou seja, o *party on the ground*. Não é novidade que o voto no país é centrado no candidato e que os partidos políticos ocupam posição secundária na disputa eleitoral legislativa (Ames 1995; Carey e Shugart 1993; Mainwaring e Torcal 2005; Samuels 1999a). Desse modo, inferir acerca da organização partidária a partir somente da arena eleitoral limita as conclusões sobre a força das legendas como organizações.

É preciso saber não só quem paga a conta das campanhas eleitorais, mas também se os candidatos recebem de seus partidos conforme a estrutura partidária ou se o dinheiro privilegia um candidato — ou um seleto grupo de —, com a organização servindo como um acessório de candidaturas individuais (Alcántara 2016; Holtz-Bacha, Langer e Merkle 2014). Então, analisamos a relação entre a distribuição de recursos nas eleições para deputado federal no Brasil em 2014 e a estrutura organizacional dos partidos políticos.

Trata-se, portanto, de um aprofundamento da agenda de pesquisa sobre financiamento político, que tem demonstrado a preferência dos financiadores de campanha, especialmente empresas, por candidatos mais competitivos e que, no fim das contas, recebem mais votos e apresentam maiores chances de se eleger (Figueiredo Filho 2009; Horochovski *et al.* 2016; Mancuso, Horochovski e Camargo 2016). A questão que se coloca é se os partidos seguem a mesma dinâmica, de alocação assimétrica dos recursos, na distribuição do fundo partidário e de recursos advindos de doações — de empresas, pessoas físicas e outros partidos. Em resumo, priorizam-se a distribuição orgânica respeitando em alguma medida a estrutura organizacional da agremiação ou se privilegiam indivíduos.

Como primeiro passo, a estrutura organizacional é definida como a disposição formal do partido sob o território. É o *hardframe* no qual o partido investe e mobiliza seus *rank and files* e *core voters*, colocando em operação a busca por votos (Calvo e Murillo 2004; Freidenberg e Levitsky 2007; Sáez 2005; Scarrow 1996; Scarrow, Webb e Poguntke 2017b; Tavits 2012; Tavits 2013; Wills-Otero 2016). Será, a partir de um indicador mobilizado para mensurar tal estrutura, essa a variável de controle sob a qual se assentam duas hipóteses:

H₁: os recursos de origem partidária, especificamente, serão distribuídos a fim de privilegiar os candidatos a despeito da estrutura organizativa;

H₂: derivada da primeira, quanto mais estruturado estiver um partido organizacionalmente, mais equânime intrapartidariamente será a distribuição de recursos de campanha oriundos do partido político.

Do ponto de vista teórico, tais hipóteses apresentam em si duas discussões importantes e caras para os partidos políticos em sistemas eleitorais de lista aberta de alta magnitude (Riker 1982). Ambas focalizam o debate entre personalismo e partidarismo que envolve, desde os anos 1990, parte da produção acadêmica sobre o sistema político brasileiro (Carey e Shugart 1995; Coppedge 1997; Nicolau 2006; Samuels 1997; Samuels 1999a; Samuels 1999b). A fulcro do entrave se dá entre os partidos como atores capazes de controlar seus representantes na arena legislativa e incapazes de fazer o mesmo na arena eleitoral (Pereira e Mueller 2003). Nessa diáde, as conclusões levaram um grupo de autores a assinalar a capacidade dos partidos políticos controlar seus candidatos (Amaral 2011; Braga 2007, 2010; Kinzo 2003; Meneguello 1998; Rodrigues 2002) e outro grupo a promulgar a fragilidade de nossas agremiações e o acento personalista destas (Ames 1995; Desposato 1997; Desposato 2006; Mainwaring 1991; Mainwaring e Torcal 2005).

Portanto, trata-se de saber se as estruturas organizacionais importam para a distribuição de recursos nas eleições legislativas¹. Partidos de aluguel, ou partidos que “tem dono”, não têm interesse em manter uma estrutura complexa para tomada de decisão, servindo apenas como rótulo oficial para que pequenos grupos utilizem os recursos sob o manto partidário a fim de promover interesses “egoístas”. Assim, partidos com parca estrutura seriam facilmente mobilizados em torno de poucos candidatos e os recursos partidários serviriam de esteira para a promoção de grupelhos e não da agremiação em si. Por outro lado, se um partido é organizado, possui uma burocracia robusta e profissional, filiados ativos, diretórios permanentes, espera-se que o recurso financeiro não seja sequestrado por um pequeno grupo de interessados em autopromoção. A interdependência entre as estruturas partidárias serviria de freio para a capitulação do recurso em nome do indivíduo (Gierzyński e Breau 1994, 174-175).

Assim, espera-se que partidos com maior estrutura, com burocracia mais robusta, maior quantidade de filiados, órgãos especializados etc. não sofram com os desmandos de seus líderes, não fiquem reféns do sucesso eleitoral e sejam capazes de constringer a distribuição de recursos que beneficiem diferentes candidatos. Ainda que os partidos políticos privilegiem o sucesso eleitoral e invistam prioritariamente em candidatos aptos a atrair votos, partidos complexamente organizados tendem a equilibrar essa relação, descentralizando o recurso em diferentes perfis de contentores (Jacobson 1985).

1 A literatura tem demonstrado que o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil privilegia campanhas majoritárias (Silva e Cervi 2017; Horochovski *et al.* 2016).

Para testar as hipóteses, analisamos os 32² partidos brasileiros e seu comportamento nas eleições de 2014. Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara dos Deputados, *sites* dos partidos e contatos com as executivas partidárias, compilamos uma base capaz de refletir as principais características dos partidos políticos, desenhando sua ossatura organizativa. Em vez de focarmos nas grandes teorias sobre modelos de partido e mudança organizacional, propomos que explicações de médio alcance podem ser mais úteis para entender dinâmicas internas aos partidos políticos (Janda 1983). A variável dependente é composta de repasses que os partidos fazem a seus candidatos dos recursos oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e de doações realizadas às legendas e repassadas como receita de campanha para seus candidatos a deputado federal nas eleições legislativas nacionais de 2014.

1. Partidos políticos para quê?

É ocioso repetir o mantra de Eldersveld (1964) e Schattschneider (1942) sobre a importância e a centralidade dos partidos políticos nas democracias. Sabemos, pela literatura comparada, as funções primordiais das agremiações em organizar o debate, canalizar interesses, recrutar representantes e dirimir conflitos no governo. O problema é *como* os partidos fazem isso. Estudar cada uma dessas tarefas exigiria modelos teóricos e análises empíricas próprias. Assim, tentamos entender a forma com que os partidos políticos gerem a representação política alocando recursos entre os candidatos que os representarão na arena legislativa, ou seja, um *locus* privilegiado para entender duas faces partidárias: organização e representação. Concomitantemente com o declínio da adesão e com a menor participação de filiados, crescem o financiamento partidário e o número de funcionários pagos pelo partido, o que torna central a questão de como se gasta o dinheiro (Katz e Mair 1995; Poguntke *et al.* 2016).

Observamos que estruturas e recursos do partido têm sido utilizados como *proxy* de força partidária. Alguns partidos são estruturados e operam de forma coesa; outros têm apenas a função de rótulo compartilhado por seus parlamentares, conferindo autonomia aos últimos. Para entendermos tal relação, a estrutura organizacional pode ser analisada a partir da aferição da autonomia ou da restrição da liderança, da centralização ou da dispersão de recursos e da descentralização ou da centralização territorial.

2 O Brasil possui 35 partidos (outubro, 2019), mas, nas eleições de 2014, apenas 32 lançaram candidatos ao legislativo nacional.

Especificamente, recursos podem ser medidos por sua fraqueza ou força financeira, dispersão ou concentração do financiamento, maior ou menor autonomia em relação ao Estado, robustez ou fragilidade burocrática (Poguntke *et al.* 2016; Tavits 2008; Tavits 2012; Webb e Keith 2017). Quanto mais forte o partido nesses aspectos, mais forte será sua estrutura organizacional.³ Partidos fortes organizacionalmente, por exemplo, dependem menos da popularidade e personalidade de candidatos individuais. Partidos fracos, alternativamente, são menos capazes de garantir a eleição de seus candidatos com base na reputação do partido (Tavits 2013). Espera-se que os partidos fortes distribuam, então, financiamento de forma mais equânime entre os candidatos, e os fracos, de maneira mais concentrada.

Os estudos que têm como dimensão de análise a estrutura organizacional a mobilizam, por um lado, como variável dependente, buscando explicar a estrutura dos partidos e o *trade-off* entre as dimensões organizacionais (recursos, estruturas e estratégias de representação) de forma comparada entre países, apontando como diferentes configurações institucionais levam a diferentes formas de organizar os partidos (Webb e Keith 2017). Por outro lado, quando tratada como variável independente, o objetivo é mensurar o impacto da força organizacional no desempenho eleitoral (Tavits 2013) e nos níveis de participação e representação política (Scarrow, Webb e Poguntke 2017a).

Para Mancuso (2015), a agenda brasileira sobre financiamento eleitoral organiza-se em torno de três temáticas: i) como os recursos afetam os resultados eleitorais — achados mostram a alta correlação entre recursos investidos e os votos obtidos (Lemos, Marcelino e Pederiva 2010; Mancuso 2012; Samuels 2001a; Samuels 2001b); ii) se as doações de campanha beneficiam os doadores por meio da atuação dos eleitos na produção de políticas públicas (Lemos, Marcelino e Pederiva 2010; Samuels 2001c) e iii) se os fatores explicam as contribuições e os gastos realizados na campanha, especialmente se candidatos e partidos são beneficiados pelo investimento eleitoral (Lemos, Marcelino e Pederiva 2010; Mancuso 2012). Os estudos costumam investigar os tipos de financiamento e gastos existentes de forma comparada, as vantagens dos tipos de financiamento

3 O uso da expressão “estrutura organizacional” remonta a um emaranhado de conceitos que, como sempre na área de partidos políticos, é pouco claro, e diversos autores usam termos diferentes para dizer a mesma coisa. Tavits (2013) utiliza “força organizacional” (*organizational strenght*), Sáez (2005) “infraestrutura partidária”, Sáez e Freidenberg (2000), “ossatura partidária”, Scarrow, Webb e Poguntke (2017b), finalmente, utilizam a expressão que adotaremos aqui, “estrutura organizacional” (*organizational structure*). Mas trata-se sempre da ideia das bases estruturais com a qual os partidos políticos trabalham, a estrutura em que se dá a dinâmica de disputa de poder no interior do partido e o mobiliza em suas tarefas cotidianas.

(privado, público, misto), o desenho da regra eleitoral que rege o financiamento, a comparação entre financiamento público e o financiamento empresarial em períodos eleitorais e não eleitorais.

Uma área ainda inexplorada no estudo sobre financiamento é a análise de eficácia ou ineficácia das estratégias do gasto eleitoral de partidos e sobre a relação entre investimento e sucesso eleitoral comparada entre as legendas. Ademais, os estudos estão centrados hoje:

nas doações diretas para as candidaturas, mas a Justiça Eleitoral registra também as doações para os comitês e, a partir de 2010, para os partidos. A parte de doações para comitês e partidos que é repassada para a contabilidade das candidaturas entra na conta dos estudiosos, mas a parte que é investida diretamente por comitês e partidos geralmente não entra na conta, embora também afete potencialmente o desempenho eleitoral dos candidatos. (Mancuso 2015, 178)

Em resumo, o papel dos partidos políticos como doadores e atores estratégicos se dissolve nos estudos de financiamento dos candidatos e seu desempenho individual. A relação entre o dinheiro do partido, sua operação e o uso desse recurso como estratégia partidária é pouco analisada. Alguns analisam a distribuição de recursos partidários e focalizam o fundo partidário, como esse recurso público é distribuído entre os partidos⁴ e pelos partidos. Braga e Bourdoukan (2009) estudam as duas perspectivas de distribuição e suas implicações para a estruturação da organização partidária e competição política, sob um prisma histórico das mudanças legais e estatutárias na forma de distribuição intra e entre os partidos. As agremiações realizam a distribuição de recursos de formas diferentes. Há partidos que os concentram em nível nacional, como o Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto outros, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) adotam estratégia mais descentralizada de distribuição (Botassio 2017).

Shaefer (2018) utiliza a distribuição realizada do Fundo Partidário pelas agremiações como indicador de centralização e nacionalização dos partidos. Identifica uma tendência centralizadora em nível nacional e, quando distribuído, o recurso aos diretórios estaduais tende a assumir duas formas: a) mais equânime entre os estados ou b) concentrados em estados específicos, com distribuição em estados onde há membros da executiva nacional e/ou lideranças do partido com projeção interna

4 Entre os partidos, ver Bolognesi (2016).

na organização. A distribuição parece estar correlacionada com o aporte financeiro dos partidos, quanto “mais recursos, mais distribuição”. Os estados com maior presença organizacional ou eleitoral são privilegiados quando esse tipo de recurso é distribuído, passando pela influência dos membros da executiva nacional nos estados e seu grau de parlamentarização.

Dado o pequeno número de trabalhos, sabemos relativamente pouco sobre a forma que partidos brasileiros destinam seus recursos financeiros — públicos e privados. Entre esses trabalhos, pode-se citar o de Mancuso, Horochovski e Camargo (2016) sobre as eleições de 2014. Os autores mostram que os partidos arrecadam recursos de diferentes maneiras: partidos de grande porte, independentemente de ideologia, e pequenos e médios partidos de direita concentram a maior parte das doações de pessoas jurídicas, fonte dominante do financiamento eleitoral no Brasil, até sua proibição em 2015; pequenos partidos de esquerda dependem quase que exclusivamente de recursos do Fundo Partidário. Ainda, confirmam a tendência das agremiações distribuir seus recursos dentro de suas fileiras internas, seja para candidatos, seja para diretórios e comitês, pouco destinando recursos para outros partidos, mesmo os coligados. No entanto, a pesquisa não foca a distribuição interna dos recursos partidários entre seus candidatos.

Internacionalmente temos um volume um pouco maior de trabalhos, ainda que o tema seja incipiente. Harbers (2014), sobre o México, analisa a distribuição dos recursos públicos de três partidos. Também em perspectiva multinível, argumenta que o governo descentralizado desincentiva a nacionalização dos partidos, uma vez que, estes, interessados em eleger governos locais, direcionam recursos aonde apresentem histórico de melhor desempenho e são mais competitivos, distribuindo incentivos apenas em lugares específicos e solapando, assim, sua nacionalização. Sobre o Japão, Carlson (2012), ao analisar a distribuição e as consequências do fundo público dos partidos, identifica uma distribuição equânime entre os candidatos, sem grandes diferenças entre os *incumbents* e os desafiantes. A razão seria a preocupação dos líderes nacionais em evitar possíveis conflitos intrapartidários.

As pesquisas que discutem a distribuição realizada pelos partidos estão concentradas nos Estados Unidos. Gary Jacobson (1985) analisa as estratégias dos partidos ao distribuir recursos controlados por sua organização para, em tese, alcançar interesses coletivos. A hipótese do autor é de que os partidos distribuem de forma racional, com o objetivo de aumentar o número de assentos no legislativo nacional. O autor mostra que o Partido Republicano alcançou um sistema de distribuição de recursos mais centralizado, focado em candidatos competitivos e conquistou um maior número de cadeiras, enquanto o Partido Democrata descentralizou seus recursos e conquistou número menor de cadeiras.

Herrnson (1989) examina as estratégias dos partidos, também nos Estados Unidos, de distribuição de recursos em campanhas parlamentares. Identifica que os membros da direção nacional dos partidos consideram a competitividade, a competência dos candidatos e as questões conjunturais, como o interesse em aumentar a base do partido em uma determinada região, a pressão por parte dos parlamentares do partido e a qualidade da organização da campanha para tomar a decisão de como destinar verba às direções locais dos partidos.

Gierzynski e Breaux (1994), em uma análise próxima a que desenvolvemos aqui, examinam o papel da estrutura partidária no financiamento de candidatos. Como o dinheiro é distribuído depende da origem do recurso. O recurso vindo do partido político colaboraria para um maior equilíbrio da competição, *“that a greater role for parties in financing elections would result in a more equitable distribution of campaign money and a greater level of competition in legislative campaigns”* (Gierzynski e Breaux 1994, 172).

Os autores ainda alegam que há diferenças nos objetivos entre a organização partidária e um doador não partidário no que tange à elaboração de políticas. Dado que essas fontes privadas são a maior fatia de financiamento, a distribuição é realizada de forma desigual, favorecendo os incumbents, alvo dos financiadores não partidários. Os que já possuem recursos recebem mais recursos, enquanto candidatos distantes do Estado são negligenciados. As organizações partidárias podem colaborar com os novatos e os desafiantes, a fim de tentar derrubar os titulares, ou contribuir com candidatos *“who have no chance of winning in order to lay the foundations of future competitive races”* (Gierzynski e Breaux 1994, 174). No entanto, essa distribuição é mais igualitária conforme o partido possua recursos para isso: *“Consequently, when party organizations are more active and have greater resources, the distribution of campaign money should be relatively more equitable meaning the gap between incumbent and challenger revenue should be smaller”* (Gierzynski e Breaux 1994, 174).

Os partidos teriam papel fundamental para equilibrar, segundo os autores, a competição entre *incumbents* e desafiantes. Analisando o modo como as organizações partidárias e não partidárias alocam seus recursos por tipo de candidato, concluem que a probabilidade das organizações partidárias contribuir com os candidatos em caso de disputa competitiva é maior em comparação com o financiador não partidário. Em alguns estados, a contribuição partidária a candidatos desafiantes era muito mais alta do que a contribuição de indivíduos, empresas e outros financiadores não partidários. Ambos os doadores (partidários e não partidários) depositam mais dinheiro em disputas mais acirradas, no entanto o partido prioriza desafiantes e o doador não partidário, o candidato à reeleição. O aumento do financiamento partidário aumentaria a média de votos de desafiantes

e diminuiria a discrepância que há entre os dois grupos de candidatos, equilibrando a competição nos Estados Unidos, ainda que parcialmente.

2. Materiais e métodos

Com dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na câmara dos deputados, nos *sites* dos partidos e pesquisa de campo junto às agremiações, mensuramos a estrutura organizacional dos partidos tomando variáveis de Scarrow, Webb e Poguntke (2017b) e Tavits (2013).

A estrutura organizacional é a base com a qual os partidos políticos partem para se organizar, distribuir poder internamente e fazer contato com a sociedade e com o Estado. Diferentemente das teorias de grande alcance, a ideia é que mudanças de médio alcance, principalmente nas estruturas elementares dos partidos políticos, possam revelar padrões incrementais que as legendas executam e modificam pontualmente (Harmel e Janda 1994; Harmel 2002; Janda 1970, 1980; Scarrow 1996; Scarrow, Webb e Poguntke 2017b; Webb e Keith 2017). Não estamos procurando entender a dinâmica de modelos de partido e tipologias que retratam movimentos tectônicos das legendas e sistemas partidários, mas sim oferecer uma compreensão das bases das quais cada legenda parte para lidar com as dimensões representativa e governamental, ainda que pontuado em uma eleição.

Assim, as variáveis que compõem a estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros são as nove apresentadas abaixo:⁵

i) *extensão organizacional*: tamanho da executiva (ou do diretório nacional, quando não possui executiva) do partido. Mensurada pela quantidade de cargos — e não de pessoas — que cada partido tem em sua direção. Revela a capacidade do partido de mobilizar uma organização ampla e manter uma base de trabalho com posições profissionais e remuneradas (Scarrow, Webb e Poguntke 2017b);

ii) *capilaridade territorial*: é a porção do território de um país onde o partido se faz presente. Quanto mais o partido ocupa o território, mais fácil mobilizar eleitores, angariar votos e dispor de trabalhadores capazes de fazer valer o partido nas bases geográficas eleitorais (Panebianco 2005; Tavits 2012). É mensurada pela proporção de órgãos partidários em relação ao total de municípios brasileiros;

iii) *inflexão organizativa*: trata-se da replicação da estrutura nacional do partido em suas unidades subnacionais. A replicabilidade de tal estrutura indica a capacidade do partido em montar estruturas complexas e criar correspondência decisória na relação do partido nacional com suas subunidades

5 Todas as variáveis foram coletadas para efeito da eleição de 2014. Algumas são, como as executivas nacionais, iniciadas em mandatos anteriores, mas que estavam em vigência no ano em tela.

(Panebianco 2005). Para medir essa variável, escolhemos dez estados brasileiros e verificamos se as executivas ou os diretórios estaduais apresentavam a mesma hierarquia dos nacionais. Esse espelhamento aponta a capacidade do partido ter estrutura de comando eficiente nas ações e nas decisões estratégicas. Um partido que replica toda a estrutura teve como pontuação um nessa variável, enquanto um partido que replicou nenhuma estrutura, zero;

iv) *members ratio*: refere-se à capacidade da legenda de mobilizar seus filiados ou contar com eles para a mobilização do voto (Scarrow, Webb e Poguntke 2017b; Tavits 2012). Quanto mais filiados um partido possui, maior sua capacidade de amealhar votos na sociedade. A variável foi mensurada pela proporção de filiados de cada partido em relação ao total de eleitores do Brasil em 2014;

v) *flexibilidade*: mensurada a partir da idade do partido desde sua fundação,⁶ tem como objetivo mostrar que o partido é um *label* que perdura no tempo a despeito das mudanças em sua composição, no governo ou nas regras eleitorais, e que os eleitores podem identificá-lo como um *player* na disputa democrática ao longo do tempo (Daza 2005; Lupu 2017; Randall e Svåsand 2002);

vi) *complexidade organizacional*: trata-se da interdependência entre as unidades do partido e da especialização que a organização possui para tratar de temas específicos e demandas dos eleitores. Em cada partido foram observados órgãos especiais, como secretaria de mulheres, secretarias de movimentos sociais, vice-presidência de relações internacionais, ou alas da legenda, como a ala jovem, a ala empreendedora. A interdependência se trata da incapacidade decisória de um único membro do partido ou de uma única seção burocrática. Quanto mais órgãos dedicados a funções específicas, mais a organização funciona como uma instituição e depende de uma integração entre suas partes (Huntington 1968; Iñaki 2011; Sigelman 1979). A especialização mostra a disposição do partido em manter vínculos com setores específicos da sociedade e ter contato formal com as bases sociais e eleitorais do partido (Billie 1997; Janda 1970; Randall e Svåsand 2002);

vii) *justaposição parlamentar-partidária*: diz respeito à autonomia do partido com relação a seus representantes eleitos. Quanto menos o partido depende de sua arena representativa, mais a agremiação pode se preocupar com as questões alheias à estrutura de governo e priorizar a autonomia organizativa. É mensurada a partir da proporção de membros da executiva que não ocupam

6 Desconsideramos que alguns partidos, como o Partido Comunista Brasileiro ou o Partido Trabalhista Nacional (atual Avante), existiram no período da democracia populista e foram interrompidos. Consideramos apenas a reabertura política como período de existência contínua dos partidos, portanto apenas a partir de 1979.

assentos representativos de qualquer natureza — quanto mais membros do partido com cargos eletivos, maior a justaposição e menor a autonomia (Daza 2005);

viii) *centralidade organizativa*: não basta que o partido esteja presente com seus candidatos apenas no período eleitoral, a presença de diretórios permanentes é importante para que a organização seja reconhecida como uma instituição capaz de mobilizar votos, participar de governos e canalizar expressões para além do interstício eleitoral. Assim, a presença de uma estrutura centralizada em estruturas permanentes é fundamental para que a institucionalização da organização ocorra (Tavits 2013). Aqui mensuramos pela proporção de diretórios partidários permanentes⁷ em relação ao total de órgãos partidários;

ix) *profissionalização*: é aquilo que Key (1949) e Tavits (2012) chamam atenção sobre a necessidade de contar com pessoal remunerado e especializado para executar funções no partido. Desde funções elementares e assessorias até funções centrais, como a presidência da legenda. É a dimensão que Scarrow, Webb e Poguntke (2017b) salientam como mantenedora da organização partidária e executora da distribuição de recursos de poder e materiais na organização. Mensuramos pela quantidade de funcionários que cada partido possui no gabinete da liderança do partido na câmara baixa brasileira e pela quantidade de funcionários presentes nas folhas de pagamento das executivas nacionais dos partidos.

O quadro 1 resume as variáveis e os indicadores empíricos utilizados para mensurar a estrutura organizacional dos 32 partidos que disputaram o pleito parlamentar nacional de 2014.

Quadro 1. Estrutura organizacional: variáveis e forma de mensuração

Variável	Indicador	Forma de mensuração
i) Extensão organizacional	Dimensão da executiva nacional do partido	Cargos existentes na executiva nacional de cada partido
ii) Capilaridade territorial	Cobertura territorial do partido	Número de órgãos partidários por município em cada unidade da federação
iii) Inflexão organizacional	Replicabilidade da executiva nacional	A partir da executiva estadual, verifica-se o quanto ela se aproxima em extensão e especialização da nacional

7 Os partidos políticos brasileiros têm órgãos não permanentes, como comissões provisórias e comissões interventoras. É sobre esse total de órgãos diretórios (comissões + diretórios) que a centralidade foi mensurada. Em outros estudos, como em Tavits (2012), o indicador é mensurado pela proporção de diretórios ou escritórios em relação aos municípios de um distrito eleitoral.

Variável	Indicador	Forma de mensuração
iv) Razão de membros	Potencial mobilizador do partido	Filiados por N de eleitores no ano eleitoral
v) Flexibilidade	Capacidade de adaptação do partido ao ambiente	Idade do partido em anos
vi) Complexidade organizacional	Especialização das atividades do partido	Quantidade de órgãos especializados presentes na estrutura do partido
vii) Justaposição parlamentar-partidária	Independência da organização com relação à arena representativa	Proporção de membros da executiva que não ocupam cargo eletivo
viii) Centralidade organizativa	Dimensão de órgãos fixos do partido capazes de servir como referência de atividade partidária nos períodos não eleitorais	Quantidade de diretórios municipais pelo total de órgãos do partido (comissões interventoras, comissões provisórias e diretórios municipais)
ix) Profissionalização	Material humano do partido para mobilização e execução das atividades partidárias	Número de funcionários que trabalham no escritório central do partido e nos escritórios parlamentares da legenda

Fonte: elaboração própria.

Para a aplicação do indicador de estrutura organizacional, normalizamos os valores das variáveis em escala variando de zero a um.⁸ A partir disso, fizemos uma média aritmética dos valores em que cada somatório de cada partido foi dividido pelo total de variáveis coletadas (nove). Os dados coletados apontam que o indicador apresenta consistência interna aceitável, com alfa de Cronbach = 0,640,⁹ de modo que não precisamos proceder à purificação da variância do índice.

Com o indicador em mãos, partimos para correlacioná-lo com a distribuição dos recursos, operacionalizando, portanto nossa segunda hipótese. A correlação de Pearson, nesse sentido, serve para mensurar se os dados estão relacionados, a força dessa relação e sua direção. Não pretendemos, por ora, mostrar qual é o mecanismo de distribuição do financiamento advindo do partido, isso

8 Para normalização, utilizamos o procedimento $(x_i - x_{min}) / (x_{max} - x_{min})$, em que x_i representa o valor a ser convertido, x_{min} o menor valor encontrado da variável, x_{max} o maior valor encontrado, b o valor máximo e a o valor mínimo da escala pretendida. No caso, aqui, $a=0$ e $b=1$.

9 Segundo Hair *et. al.* (2009), para as ciências humanas e sociais, alfas acima de 0,6 são aceitáveis, embora o usualmente aceito é acima de 0,7 e, para as ciências da saúde apenas, acima de 0,85.

será feito ao testar nossa primeira hipótese. Mas o certo é que, ao olharmos ambas as relações, podemos afirmar que uma opera em detrimento da outra, justamente como sugere a literatura internacional.

3. Resultados e discussão

Nesta seção, testamos empiricamente nossas hipóteses a partir do indicador de estrutura organizacional. A partir dele, testamos a distribuição dos recursos que os partidos repassaram para seus candidatos. Antes, apresentamos os índices de estrutura organizacional dos partidos brasileiros (tabela 1).

Tabela 1.¹⁰ Índice de estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros em 2014¹¹

PT	0,674	PRP	0,31
PTB	0,516	PR	0,309
PSDB	0,51	PTC	0,304
MDB	0,48	PHS	0,295
Progre	0,458	PRTB	0,285
PSB	0,455	PSL	0,284
PCdoB	0,438	Psol	0,28
PDT	0,43	Avante	0,279
PPS	0,425	Pros	0,27
DEM	0,422	PMN	0,268

10 Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Progressistas (Progre), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS), Democratas (DEM), Partido Social Cristão (PSC), Partido Verde (PV), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Social Democrata (PSD), Democracia Cristã (DC), Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido da República (PR), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Social Liberal (PSL), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Avante (Avante), Partido Republicano da Ordem Social (Pros), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido da Causa Operária (PCO), Solidariedade (SD), Podemos (Pode), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Patriota (Patri), Partido Pátria Livre (PPL).

11 Apesar de os dados referirem-se a 2014, utilizamos a atual nomenclatura dos partidos políticos, já que vários deles alteraram seus nomes nos últimos anos. Para um resumo sobre essas mudanças, ver Codato, Berlatto e Bolognesi (2018, 85).

PT	0,674	PRP	0,31
PSC	0,403	PCO	0,245
PV	0,411	SD	0,244
PRB	0,36	Pode	0,24
PSD	0,356	PCB	0,22
DC	0,326	Patri	0,217
PSTU	0,325	PPL	0,201

Fonte: Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS-UFPR).¹²

A interpretação dos dados de estrutura organizacional se dá apenas comparativamente. Apesar de o indicador variar de zero a um, não há um modo de dizer que os partidos são mais ou menos estruturados em absoluto ou abstrato. A pontuação é sempre relativa ao país e ao tempo em que as legendas se inserem. Ocorre de forma relativa, já que a distribuição de forças, como filiados ou diretórios, é estratégica e depende da competição com os pares. Portanto, o que podemos ver na tabela 1 é uma ordenação simples e decrescente dos partidos políticos brasileiros no ano de 2014. Observa-se que não há um grande bloco de partidos estruturalmente fortes e outro de partidos fracos. Há um *continuum* em que o partido mais estruturado, o PT, possui mais do que o triplo do último colocado, o PPL. Com exceção do PT em relação aos demais, não se nota diferença de mais de um décimo no indicador de estrutura organizacional.

Além disso, observamos que os partidos dificilmente chegam próximos ao valor máximo. As legendas tendem a se posicionar abaixo de 0,5, o que não é, como dissemos, um valor absoluto, mas aponta que os partidos estão concentrados na parte “baixa” da estrutura organizacional. Realizada a mensuração da estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros em 2014, passemos para a análise dos recursos partidários recebidos pelos candidatos a deputado federal nesse ano.

Os recursos somaram R\$ 35,21 milhões, ou seja, cerca de 22 % do total do fundo em questão, quantia expressiva, considerando-se a quantidade de cargos em disputa e a centralidade das eleições majoritárias para os partidos (Melo 2010). Com raras exceções, os partidos, independentemente de porte e posição no espectro ideológico, claramente direcionam seus recursos para poucos candidatos a deputado federal e sua partilha é claramente desigual (tabela 2).

12 www.lapesufpr.com.br

Tabela 2.* Distribuição dos recursos repassados pelos partidos a candidatos a deputado federal, conforme origem — eleições 2014

Partido	PJ (R\$)	PJ (%)	FP (R\$)	FP (%)	PF e outras (R\$)	PF e outras (%)	Rec. total (R\$)	Rec. Total (%)
DEM	26.177.251,16	7,08	3.141.000,00	10,04	415.669,23	2,45	29.733.920,39	7,11
PCdoB	14.243.824,27	3,85	1.359.965,00	4,35	3.103.285,42	18,30	18.707.074,69	4,48
PCB	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	0,03	4.250,00	0,00
PCO	0,00	0,00	7.138,60	0,02	1.568,19	0,01	8.706,79	0,00
PDT	1.689.808,01	0,46	1.636.092,10	5,23	206.778,39	1,22	3.532.678,50	0,85
Patri	1.989.454,33	0,54	832.307,69	2,66	115.578,03	0,68	2.937.340,05	0,70
PHS	746.274,38	0,20	0,00	0,00	107.601,91	0,63	853.876,29	0,20
MDB	55.536.331,48	15,02	448.951,10	1,43	2.256.808,59	13,31	58.242.091,17	13,93
PMN	2.243.870,60	0,61	178.808,85	0,57	40.720,04	0,24	2.463.399,49	0,59
Progre	55.068.254,30	14,89	4.847.822,00	15,49	1.288.442,00	7,60	61.204.518,30	14,64
PPL	1.296.632,66	0,35	0,00	0,00	122.716,88	0,72	1.419.349,54	0,34
PPS	4.460.932,20	1,21	644.615,36	2,06	161.988,20	0,96	5.267.535,76	1,26
PR	28.004.053,73	7,57	12.640.500,00	40,40	613.973,35	3,62	41.258.527,08	9,87
PRB	2.004.153,25	0,54	1.296.763,58	4,14	327.345,78	1,93	3.628.262,61	0,87
Pros	3.910.887,09	1,06	3.698,49	0,01	392.881,08	2,32	4.307.466,66	1,03
PRP	5.119.386,00	0,14	0,00	0,00	70.395,60	0,42	589.781,60	0,14

* Pessoa Jurídica (PJ), Fundo Partidário (FP), Pessoa Física (PF), Receita (Rec.).

Partido	PJ (R\$)	PJ (%)	FP (R\$)	FP (%)	PF e outras (R\$)	PF e outras (%)	Rec. total (R\$)	Rec. Total (%)
PRTB	428.044,80	0,12	19.451,18	0,06	28.851,53	0,17	476.347,51	0,11
PSB	10.016.034,75	2,71	367.229,54	1,17	240.041,11	1,42	10.623.305,40	2,54
PSC	4.717.615,86	1,28	642.000,00	2,05	258.690,38	1,53	5.618.306,24	1,34
PSD	23.170.837,68	6,27	551.725,15	1,76	693.780,67	4,09	24.416.343,50	5,84
PSDB	39.611.253,62	10,71	257.413,20	0,82	1.492.276,41	8,80	41.360.943,23	9,89
DC	296.662,50	0,08	8.689,51	0,03	86.289,39	0,51	391.641,40	0,09
PSL	662.135,00	0,18	319.626,52	1,02	136.293,55	0,80	1.118.055,07	0,27
Psol	5.300,00	0,00	52.436,02	0,17	58.255,85	0,34	115.991,87	0,03
PSTU	0,00	0,00	0,00	0,00	250.111,79	1,48	250.111,79	0,06
PT	51.352.464,11	13,89	241.767,50	0,77	2.046.560,67	12,07	53.640.792,28	12,83
Pode	91.314,02	0,02	225.482,23	0,72	336.790,31	1,99	653.586,56	0,16
PTB	18.081.269,06	4,89	118.596,80	0,38	744.376,06	4,39	18.944.241,92	4,53
PTC	65.828,00	0,02	1.530,00	0,00	10.652,00	0,06	78.010,00	0,02
Avante	1.381.717,35	0,37	225.176,00	0,72	106.406,05	0,63	1.713.299,40	0,41
PV	4.596.658,39	1,24	617.876,74	1,97	567.332,05	3,35	5.781.867,18	1,38
SD	17.411.521,93	4,71	600.706,96	1,92	667.235,25	3,94	18.679.464,14	4,47
Total	369.779.770,53	88,46	31.287.370,12	7,48	16.953.945,76	4,06	418.021.086,41	100,00

Fonte: elaboração própria com dados do Repositório de Dados Eleitorais do TSE.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos recursos que os partidos repassam aos candidatos a deputado federal. Há uma nítida preponderância de pessoas jurídicas como fontes de tais recursos, com mais de 88 %. O Fundo Partidário, majoritariamente composto de recursos públicos, aparece em um distante segundo lugar, com menos de 7,5 %. Os recursos oriundos de pessoas físicas representam 4 % do total repassado aos candidatos a deputado federal, ou seja, 22 vezes menos que os recursos oriundos de empresas. Até 2014, o financiamento eleitoral era preponderantemente empresarial, seja por meio de doações diretas, seja doações indiretas, intermediadas pelos partidos, como as por ora analisadas.

E internamente? Os partidos concentram ou desconcentram recursos? Para responder, calculamos o coeficiente de Gini para mensurar a distribuição interna dos recursos partidários,¹³ ou seja, do dinheiro que cada sigla repassa para os seus candidatos. Como resultado, as agremiações abastecem as campanhas de seus candidatos a deputado federal de modo muito desigual. A concentração de recursos em poucos pode ser observada na tabela 3, que apresenta os coeficientes de Gini das agremiações. Invariavelmente, os candidatos apoiados com recursos oriundos de seu partido político são dirigentes ou incumbentes altamente competitivos, independentemente do porte ou da estrutura do partido. A vantagem aqui é ter uma medida comparativa independente do montante de recursos arrecadados por cada partido ou do numerário distribuído por diferentes fontes. O que importa é saber em que medida partidos que possuem maior estrutura concentraram mais ou menos recursos, se eles respondem à organização ou a candidatos únicos ou a pequenos grupos. À exceção do PCO, todos os partidos atingiram índices superiores a 0,80.

Tabela 3. Concentração dos recursos distribuídos pelos partidos políticos em 2014

Partido	Candidatos	Candidatos financiados (N)	Candidatos financiados (%)	Gini
DEM	178	64	35,96	0.892710361
PCdoB	83	4	4,82	0.930200686
PCB	59	34	57,63	0.933994706
PCO	11	9	81,82	0.181900835
PDT	322	119	36,96	0.914432799
Patri	293	13	4,44	0.989954827

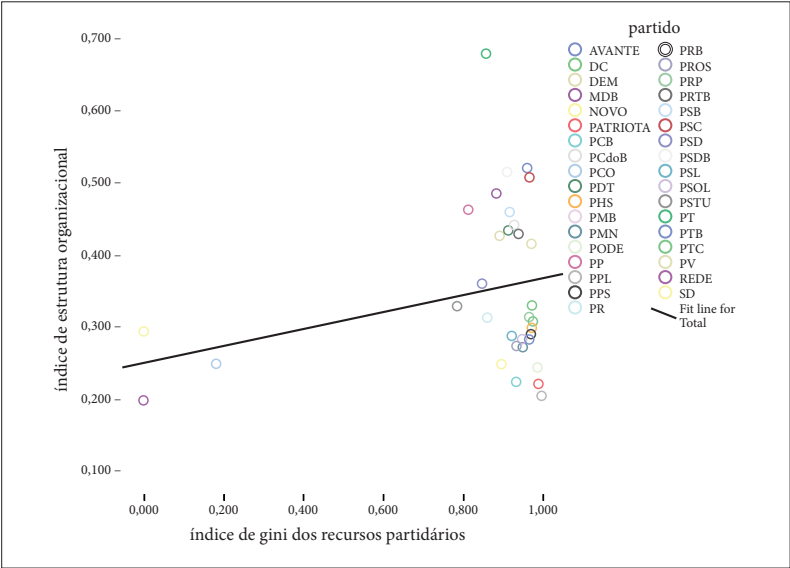
13 Tal coeficiente pode ser usado para calcular a distribuição de recursos entre qualquer população, como a distribuição de renda de um país. O coeficiente de Gini é um índice entre 0 (nenhuma concentração) e 1 (total concentração).

Partido	Candidatos	Candidatos financiados (N)	Candidatos financiados (%)	Gini
PHS	301	39	12,96	0.973191718
MDB	378	224	59,26	0.884445915
PMN	165	79	47,88	0.951395179
Progre	186	103	55,38	0.813846619
PPL	69	7	10,14	0.997705989
PPS	128	42	32,81	0.93950055
PR	201	96	47,76	0.861288003
PRB	264	77	29,17	0.943508156
Pros	95	30	31,58	0.934109836
PRP	271	29	10,70	0.967180047
PRTB	253	68	26,88	0.970407007
PSB	410	132	32,20	0.91762439
PSC	189	27	14,29	0.967617997
PSD	176	66	37,50	0.849043393
PSDB	329	158	48,02	0.91312618
DC	227	47	20,70	0.973949945
PSL	213	58	27,23	0.923687474
Psol	425	59	13,88	0.948993339
PSTU	89	61	68,54	0.785835341
PT	395	182	46,08	0.85866638
Pode	246	25	10,16	0.987406031
PTB	266	123	46,24	0.962491733
PTC	232	30	12,93	0.975800074
Avante	137	37	27,01	0.967524267
PV	324	86	26,54	0.972518335
SD	159	71	44,65	0.897369231
Total	7.074	2.199	31,09 (média)	

Fonte: LAPeS-UFPR e TSE.

Como aponta a tabela 3, a maioria dos partidos brasileiros concentrou recursos em poucos nomes, com coeficientes de Gini que chegaram acima de 0,99, quando apenas um único candidato (no caso do Patri e PPL, o presidente da agremiação) utilizou praticamente todo o recurso partidário para sua campanha eleitoral. O gráfico 1 apresenta a correlação entre o coeficiente de Gini dos partidos e o índice de estrutura organizacional (IEP).

Gráfico 1.¹⁴ Correlação entre o coeficiente de Gini dos recursos partidários e o índice de estrutura organizacional (IEP) nas eleições para deputado federal em 2014



Fonte: LAPeS-UFPR; $r = 0,296$; $\alpha = 0,05$.

Como mostra a reta da correlação, as duas variáveis apresentam vetor positivo, mas fraco. Mesmo para padrões de comportamento de instituições políticas, normalmente mais fluidas do que outras (Peters 2012), não é possível dizer que há qualquer relação entre a estrutura organizacional dos partidos e a forma com que eles distribuem recursos financeiros à nominata eleitoral. Diferentemente dos partidos nos Estados Unidos, em que as organizações com maior aporte costumam distribuir mais recursos àqueles que não são apoiados pelos financiadores privados (Gierzynski e Breau 1994), e dos partidos do Japão, em que há uma distribuição equânime entre os candidatos às eleições proporcionais (Carlson 2012), os partidos brasileiros, independentemente de sua força organizacional, financiam apenas poucos candidatos, promovendo o que Schaefer (2018) sugere como “listas fechadas”, impulsionadas aqui pela direção nacional do partido, que investe em um grupo seleto de indivíduos.

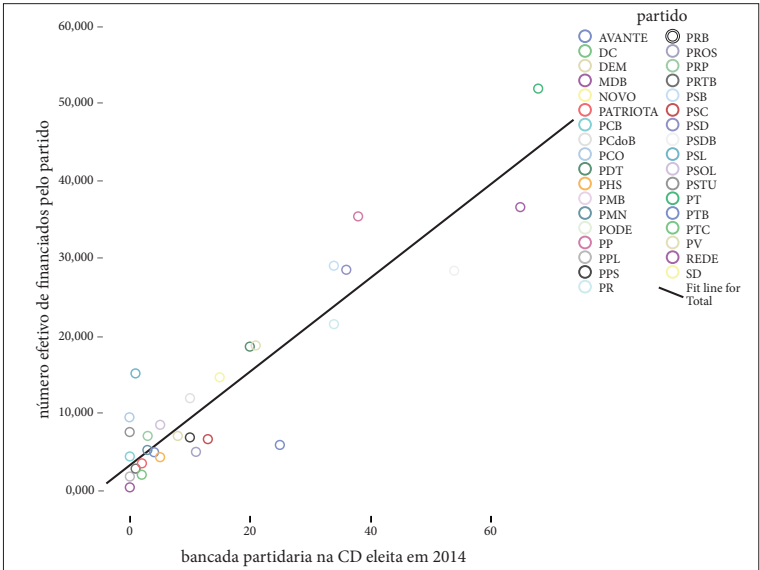
14 O Partido Novo (Novo), o Partido da Mulher Brasileira (PMB) e o Rede Sustentabilidade (Rede) aparecem com valor zero no eixo X dado que não disputaram as eleições de 2014. O indicador de estrutura organizacional foi realizado, nesses casos, com dados referentes ao ano de sua fundação.

Se não há relação entre a estrutura organizacional e a concentração de recursos, parece que a primeira não desempenha um papel decisivo na distribuição de um recurso de poder cada vez mais escasso e importante nas eleições nacionais, o dinheiro. Os dados sugerem que os partidos políticos brasileiros operam uma lógica que leva menos em conta o peso da organização partidária e mais o investimento nos nomes disputando as eleições. Os partidos passam a ser atributos dos candidatos, e não o inverso (Alcántara 2016). O coeficiente de Gini elevado é elemento robusto para chegar à tal conclusão. Contudo, testamos uma explicação alternativa baseada na lógica da reprodução eleitoral dos candidatos nos partidos.

Operacionalizamos um indicador de número efetivo de financiados (NEF). A lógica é a mesma consagrada por Laakso e Taagepera (1979). Reconhecemos a limitação do uso do número efetivo como uma medida de concentração ou dispersão, mas a quantidade de financiados em escala numérica é útil para comparações com outras variáveis. Se os partidos resolvem financiar poucos candidatos proporcionalmente à sua capacidade e se concentram em poucos nomes, a estratégia estaria focada em garantir ou ampliar as bancadas de modo que o recurso partidário-eleitoral fosse um instrumento dos candidatos e não do partido político em si.

Correlacionamos o NEF com a quantidade de cadeiras que cada partido conquistou nas eleições de 2014. Os resultados estão no gráfico 2.

Gráfico 2. Correlação entre número efetivo de financiados e bancada eleita na câmara dos deputados em 2014



Fonte: LAPeS-UFPR; $r = 0,924$; $\alpha = 0,01$.

Diferentemente da correlação entre o coeficiente de Gini e o IEP, dessa vez a correlação é quase perfeita ($r = 0,924$, com intervalo de confiança de 99 %). O que o dado revela é a estratégia partidária em escolher um número limitado de candidatos para receber os recursos do partido, o que implica mecanicamente cadeiras no parlamento. A lógica de uso dos recursos partidários nas eleições parece resultar na alocação monetária a partir da chance eleitoral que cada candidato possui. Chama atenção o fato de essa correlação apresentar esse grau de força, mostrando que só recebe dinheiro quem tem voto para chegar à Câmara dos Deputados e/ou quem conseguiu se eleger foram aqueles apoiados pelo partido. Tal achado reforça o método pelo qual a concentração em poucos nomes se traduz, em alguma medida, em menoscabo da organização partidária, justamente em face de uma estratégia acertada para eleger bancadas, ainda que os partidos saibam da limitação de cadeiras possíveis de serem conquistadas. Os recursos partidários no Brasil são, portanto, atributos de candidatos específicos e não um investimento da organização em promover incentivos coletivos ou equilibrar a competição (Alcántara 2016; Gierzynski e Breux 1994). Ainda que essa seja uma estratégia partidária, o foco é garantir que indivíduos competitivos conquistem cadeiras para o partido e não que o partido conquiste cadeiras para os indivíduos.

Considerações finais

Resultados apontam para a rejeição de nossas duas hipóteses (H_1 e H_2). Ao contrário do que pensávamos inicialmente, o maior grau de estruturação dos partidos políticos brasileiros não se converte numa distribuição menos desigual de recursos. Os resultados assinalam uma característica importante do sistema partidário brasileiro, ao menos na disputa pelas cadeiras na Câmara dos Deputados.

Os partidos apresentam concentração de recursos de campanha em poucos candidatos, invariavelmente nos mais competitivos e que compuseram a lista dos eleitos nas eleições de 2014. Frisamos que tal dinâmica já fora diagnosticada para o financiamento empresarial e, como vimos, vale para o financiamento partidário, independentemente do grau de estruturação dos partidos. À exceção do PCO, todas as agremiações agem da mesma forma, o que sinaliza para a pouca utilidade prática de se reduzir o financiamento privado como medida de redução das assimetrias, especialmente as internas, sem que isso venha acompanhado de dispositivos institucionais que obriguem os partidos a distribuir seus recursos de maneira mais equitativa.

O diagnóstico positivo que se faz dos partidos políticos brasileiros nos anos 1990 e na primeira década dos 2000 parece levar em conta apenas o papel dos líderes como sinônimos personificados das organizações que conduzem ou

então do comportamento legislativo — e principalmente o efeito deste — como um sinal de que o sistema partidário brasileiro é robusto. Evidenciamos neste trabalho que os partidos se aglutinam em torno de alguns poucos mandatos ao arrepio de qualquer constrangimento organizacional. A fragmentação partidária, que parece não ser o principal problema para a condução de políticas públicas no Brasil, talvez não o seja à medida que os partidos existam como rótulos legais para promover candidaturas personalistas.

Referências

1. Alcántara, Manuel. 2016. *A profissionalização da política*, editado por Emerson Urizzi Cervi. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR.
2. Amaral, Oswaldo. 2011. “Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade.” *Opinião Pública* 17 (1): 1-44. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000100001>
3. Ames, Barry. 1995. “Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation”. *American Journal of Political Science* 39 (2): 406-433. <https://www.jstor.org/stable/2111619>
4. Andeweg, Rudy B. 2011. “Approaching Perfect Policy Congruence: Measurement, Development, and Relevance for Political Representation.” Em *How Democracies Work. Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies. Essays in Honour of Jacques Thomassen*, editado por Martin Rosema, Bas Denters e Kees Aarts. Amsterdam: Amsterdam University Press.
5. Berlatto, Fábila, Adriano Codato e Bruno Bolognesi. 2016. “Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de estado à câmara dos deputados”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 21: 77-120. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162103>
6. Billie, Lars. 1997. “Leadership Change and Party Change: The case of Danish Social Democratic Party, 1960-95”. *Party Politics*. No. 3: 379-390. <https://doi.org/10.1177/1354068897003003006>
7. Bolognesi, Bruno. 2016. “Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do fundo partidário em 2016”. *Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil. NUSP/UFPR* 3 (11): 1-15.
8. Botassio, Barbara. 2017. “Partidos brasileiros na alocação interna de recursos do fundo partidário”. Artigo apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Montevideu.
9. Braga, Maria do Socorro Sousa. 2007. “O Processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006.” *Política & Sociedade* 6 (10): 53-89. <https://doi.org/10.5007/%25x>
10. Braga, Maria do Socorro Sousa. 2010. “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 4: 43-73. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1704>
11. Braga, Maria do Socorro Sousa e Jairo Pimentel Jr. 2011. “Os partidos políticos brasileiros realmente não importam ?”. *Opinião Pública* 17 (2): 271-303. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200001>
12. Braga, Maria do Socorro Sousa e Adla Bourdoukan. 2009. “Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público”.

- Perspectivas: Revista de Ciências Sociais* 35: 117-148. <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2290/1858>
13. Calvo, Ernesto e Maria Victoria Murillo. 2004. "Who delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market". *American Journal of Political Science* 48 (4): 742-757. <https://doi.org/10.1111/j.0092-5853.2004.00099.x>
 14. Carey, John M. e Matthew S. Shugart. 1993. "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies* 14 (4): 417-439. [https://doi.org/10.1016/0261-3794\(94\)00035-2](https://doi.org/10.1016/0261-3794(94)00035-2)
 15. Carlson, Matthew. 2012. "Financing Democracy in Japan: The Allocation and Consequences of Government Subsidies to Political Parties". *Party Politics* 18 (3): 391-408. <https://doi.org/10.1177/1354068810380086>
 16. Carreirão, Yan de Souza e Maria D'Alva G. Kinzo. 2003. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados* 47 (1). <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>
 17. Cervi, Emerson Urizzi. 2010. "Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de estado". *Revista Brasileira de Ciência Política* (4): 135-167. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1712>
 18. Codato, Adriano, Fábila Berlatto e Bruno Bolognesi. 2018. "Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica". *Análise Social* 229: 870-897. <http://dx.doi.org/10.31447/as00032573.2018229.02>
 19. Coppedge, Michael. 1997. "A Classification of Latin American Political Parties". 244. *Working Paper*. Estados Unidos: The Helen Kellogg Institute for International Studies.
 20. Dantas, Humberto e Sérgio Praça. 2010. "Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008". Em *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis e Tendências*, editado por Silvana Krause, Humberto Dantas e Luis Felipe Miguel, 99-133. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung e Editora da Unesp.
 21. Daza, Javier Duque. 2005. "La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas". *Estudios Políticos* 27: 103-127. <https://www.redalyc.org/pdf/164/16429055006.pdf>
 22. Desposato, Scott W. 1997. "Party Switching and Democratization in Brazil". Em *Political Parties and Legislative Party Switching*, editado por William B. Heller e Carol Mershon, 109-144. Nova York: Palgrave Macmillan.
 23. Desposato, Scott W. 2006. "Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies". *American Journal of Political Science* 50 (1): 62-80. https://www.jstor.org/stable/3694257?seq=1#metadata_info_tab_contents
 24. Eldersveld, Samuel J. 1964. *Political Parties: A Behavioral Analysis*. Chicago: Rand McNally. <https://doi.org/10.2307/1976132>
 25. Da Silveira, Leonardo e Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo. 2014. "De onde vem e como sobrevivem os nanicos ? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros". Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu.
 26. Figueiredo Filho, Dalson Britto. 2009. "O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral", dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.
 27. Freidenberg, Flavia e Steven Levitsky. 2007. "Organización informal de los partidos en América Latina". *Desarrollo Económico* 46 (184): 539-568.

28. Gierzynski, Anthony e David Breaux. 1994. "The Role of Parties in Legislative Campaign Financing". *The American Review of Politics* 15 (summer): 171-189.
29. Hair, Joseph F. Jr., William C. Black, Barry J. Babin, Rolph E. Anderson e Ronald L. Tatham. 2009. *Análise Multivariada de Dados*. São Paulo: Bookman Editora.
30. Harbers, Imke. 2014. "States and Strategy in New Federal Democracies: Competitiveness and Intra-Party Resource Allocation in Mexico". *Party Politics* 20 (6): 823-835. doi:10.1177/1354068812458611
31. Harmel, Robert. 2002. "Party Organizational Change: Competing Explanations?". Em *Political parties in the New Europe: Political and analytical challenges*, editado por Kurt Richard Luther e Ferdinand Müller-Rommel. Oxford: Oxford University Press.
32. Harmel, Robert e Kenneth Janda. 1994. "An Integrated Theory of Party Goals and Party Change". *Journal of Theoretical Politics* 6: 259-287. <https://doi.org/10.1177/0951692894006003001>
33. Herrnson, Paul S. 1989. "National Party Decision Making, Strategies, and Resource Distribution in Congressional Elections". *The Western Political Quarterly* 42 (3): 301-323. doi: 10.2307/448430
34. Holtz-Bacha, Christina, Ana Ines Langer e Susanne Merkle. 2014. "The Personalization of Politics in Comparative Perspective: Campaign coverage in Germany and the United Kingdom". *European Journal of Communication* 29 (2): 153-170. doi:10.1177/0267323113516727
35. Horochovski, Rodrigo Rossi, Ivan Jairo Junckes, Edson Armando Silva, Joseli Maria Silva e Neilor Fermينو Camargo. 2016. "Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil". *Opinião Pública* 22 (1): 28-55. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622128>
36. Huntington, Samuel P. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven e Londres: Yale University Press.
37. Iñaki, Sagarzazu. 2011. "Weak Party Institutionalization and the Dynamics of Political Dialogue". *Nuffield's Working Papers Series in Politics*. Nuffield College, United Kingdom.
38. Jacobson, Gary C. 1985. "Party Organization and Distribution of Party Organization Campaign Resources: Republicans and Democrats in 1982". *Political Science Quarterly* 100 (4): 603-625. <https://www.jstor.org/stable/pdf/2151543>
39. Janda, Kenneth. 1970. "A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of political parties". *Sage Professional Papers in Comparative Politics* 1: 75-126.
40. Janda, Kenneth. 1980. "A Comparative Analysis of Party Organizations: The United States, Europe, and the world". Em *The Party Symbol*, editado por William J. Crotty, 339-358. São Francisco: W. H. Freeman.
41. Janda, Kenneth. 1983. "Cross-National Measures of Party Organizations and Organizational Theory". *European Journal of Political Research* 11: 319-332. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1983.tb00065.x>
42. Katz, Richard S., Mair, Peter, Christopher J Haid, Chicago Press, Gabriela Borz e Kenneth Janda. 2008. "The Three Faces of Party Organization". *Political Science* 46 (february): 593-617. <https://doi.org/10.1177/1868103419898913>
43. Katz, Ricardo S. e Peter Mair. 1995. "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party". *Party Politics* 1 (1): 5-28. <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>

44. Key Jr., Valdimer Orlando. 1949. *Southern Politics in State and Nation*. Nova York: A Caravelle.
45. Laakso, Markku e Rein Taagepera. 1979. "‘Effective’ Number of Parties. A Measure with Application to West Europe". *Comparative Political Studies* 12 (1): 3-27. <https://doi.org/10.1177/001041407901200101>
46. Lemos, Leany Barreiro, Daniel Marcelino e João Henrique Pederiva. 2010. "Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006". *Opinião Pública* 16 (2): 366-393. doi:10.1590/S0104-62762010000200004
47. Lupu, Noam. 2017. "Party Brands, Partisan Erosion, and Party Breakdown". Em *Latin American Party Systems: Institutionalization, Decay, and Collapse*, editado por Scott Mainwaring. Cambridge: Cambridge University Press.
48. Mainwaring, Scott. 1991. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais." *Novos Estudos Cebap* 29: 34-58.
49. Mainwaring, Scott e Mariano Torcal. 2005. "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Opinião Pública* XI (2): 249-286. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000200001>
50. Mancuso, Wagner Pralon. 2012. "Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006". Em *Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade*, editado por Armando Dalla Costa, Ary Cesar Minella, Denise Barbosa Gros, Jacques Mick, Maria Soledad Etcheverry e Wagner Iglecias. Curitiba: CRV.
51. Mancuso, Wagner Pralon. 2015. "Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa". *Revista de Sociologia e Política* 23 (54): 155-183. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235409>
52. Mancuso, Wagner Pralon, Rodrigo Rossi Horochovski e Neilor Fermino Camargo. 2016. "Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014". *Teoria & Pesquisa*, 25 (3), 38-64. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.25307>
53. Mancuso, Wagner Pralon, Rodrigo Rossi Horochovski e Neilor Firmino. 2019. "Mudança institucional e financiamento político: o papel dos partidos nas eleições de 2014". Em *Presidencialismo de coalização em movimento*, editado por Giovana Perlin e Manoel Leonardo Santos, 353-383. Brasília: Edições Câmara.
54. Mancuso, Wagner Pralon e Bruno Wilhelm Speck. 2015. "Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências". *Teoria & Sociedade* 23 (2): 103-125. <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/download/206/150>
55. Melo, Carlos Ranulfo Felix. 2010. "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política* 4: 13-41. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1702>
56. Meneguello, Rachel. 1998. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
57. Müller, Wolfgang C. e Kaare Strøm. 1999. *Policy, Office, or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.
58. Nascimento, Willber, José Alexandre Silva Jr., Ranulfo Paranhos, Denisson Silva e Dalson Britto Figueiro Filho. 2016. "Does Size Matter? Electoral Performance

- of Small Parties in Brazil”. *Brazilian Political Science Review* 10 (2): 1-26. <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200005>
59. Nicolau, Jairo. 2006. “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. *Dados — Revista de Ciências Sociais* (Belo Horizonte: Editora UFMG) 49 (4): 689-720. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>
60. Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
61. Peixoto, Vitor de Moraes. 2010. “Eleições e financiamento de campanhas no Brasil.” *Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. 2007.
62. Pereira, Carlos e Bernardo Mueller. 2003. “Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil”. *Dados* 46 (4): 735-771. Rio de Janeiro. <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/ao4v46n4.pdf>
63. Peters, B. Guy. 2012. *Institutional Theory in Political Science*. 3° ed. Nova York: Edward Elgar Pub.
64. Poguntke, Thomas, Susan E. Scarrow, Paul D. Webb, Elin H. Allern, Nicholas Aylott, Ingrid van Biezen e Enrico Calossi. 2016. “Party Rules, Party Resources and the Politics of Parliamentary Democracies: How Parties Organize in the 21st Century”. *Party Politics* 22 (6): 661-678. <https://doi.org/10.1177/1354068816662493>
65. Randall, Vicky e Lars Svåsand. 2002. “Party Institutionalization in New Democracies”. *Party Politics* 8 (1): 5-29. <https://doi.org/10.1177/1354068802008001001>
66. Riker, William H. 1982. “The Two-Party System and Duverger’s Law: An Essay on the History of Political Science”. *The American Political Science Review* 76 (4): 753. <https://www.jstor.org/stable/1962968>
67. Sacchet, Teresa e Bruno Wilhelm Speck. 2012. “Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006”. *Opinião Pública* 18 (1): 177-197. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>
68. Sáez, Manuel Alcántara. 2005. *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*. Barcelona: ICPS.
69. Sáez, Manuel Alcántara e Flavia Freidenberg. 2000. “Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en América Latina”. Em *Partidos Políticos de América Latina*, editado por Manuel Alcántara Sáez e Flavia Freidenberg, 1-17. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
70. Samuels, David. 1997. “Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil”. *Dados* 40 (3). <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300008>
71. Samuels, David. 2001a. “Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies Theory and Evidence from Brazil”. *Comparative Politics* 34 (1): 23-42. <https://www.jstor.org/stable/422413>
72. Samuels, David. 2001b. “When Does Every Penny Count?: Intra-Party Competition and Campaign Finance in Brazil”. *Party Politics* 7 (1): 89-102. <https://doi.org/10.1177/1354068801007001005>
73. Samuels, David J. 1999a. “Vote in Candidate-Centric”. *Comparative political studies*. 32 (4): 487-518. <https://doi.org/10.1177/0010414099032004004>
74. Samuels, David J. 1999b. “Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-Centric Electoral Systems: Evidence from Brazil”. *Comparative Political Studies*. 32 (4): 487-518. <https://doi.org/10.1177/0010414099032004004>
75. Scarrow, Susan E. 1996. *Parties and Their Members*. Oxford: Oxford University Press.

76. Scarrow, Susan E., Paul D. Webb e Thomas Poguntke. 2017. *Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power*. Oxford: Oxford University Press.
77. Schaefer, Bruno Marques. 2018. “As lógicas de distribuição do fundo partidário: centralização e nacionalização dos partidos brasileiros (2011-2015)”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
78. Schattschneider, E. 1942. *Party Government*. Nova York: Holt, Rinehart and Wilston.
79. Sigelman, Lee. 1979. “Understanding political instability: An Evaluation of the Mobilization — Institutionalization Approach”. *Comparative Political Studies* 12 (2): 205-228. <https://doi.org/10.1177/001041407901200204>
80. Silva, Bruno Fernando e Emerson Urizzi Cervi. 2017. “Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 23: 75-110. <https://doi.org/10.1590/0103-335220172303>
81. Speck, Bruno Wilhelm e Wagner Pralon Mancuso. 2011. “O financiamento político nas eleições brasileiras de 2010: um panorama geral”. Em *GT 13 — Financiamento político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos, eleições, candidatos e representantes*. Caxambu, Brasil.
82. Tavits, Margit. 2008. “Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies”. *British Journal of Political Science* 38 (1): 113-133. <https://www.jstor.org/stable/27568335>
83. Tavits, Margit. 2012. “Organizing for success: Party Organizational Strength and Electoral Performance in Postcommunist Europe”. *The Journal of Politics* 74 (1): 83-97. <https://www.jstor.org/stable/10.1017/S0022381611001198>
84. Tavits, Margit. 2013. *Post-Communist democracies and party organization*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139565196>
85. Webb, Paul D. e Dan Keith. 2017. “Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database.” Em *Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power*, editado por Susan E. Scarrow, Paul D. Webb e Thomas Poguntke. Oxford: Oxford University Press.
86. Wills-Otero, Laura. 2016. “The Electoral Performance of Latin American Traditional Parties, 1978-2006: Does the Internal Structure Matter?”. *Party Politics* 22 (6): 758-772. <https://doi.org/10.1177/1354068814563971>



Bruno Bolognesi, Universidade Federal do Paraná, Cientista político, coordenador do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS - www.lapesufpr.com.br), professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pesquisador do Grupo de Investigación de ‘Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina’ da Alacip (GIPSAL - <https://sites.google.com/site/gipsalalacip/>) e editor associado da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp). ✉ brunobolognesi@gmail.com

Rodrigo R. Horochovski, Universidade Federal do Paraná, Cientista político. Professor do curso de Administração Pública e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador do Laboratório de Análise do Campo Científico (LACC). ✉ rodrigorh@ufpr.br

Ivan J. Junckes, Universidade Federal do Paraná, Professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no curso de Administração Pública e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS. Coordenador líder do grupo de pesquisas Laboratório de Análise de Redes (LAR) onde são desenvolvidas pesquisas em análise de redes sociais (ARS) e financiamento eleitoral. ✉ ivanjj@ufpr.br

Karolina M. Roeder, Universidade Federal do Paraná, Professora de Ciência Política do Centro Universitário Internacional (UNINTER), doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS - www.lapesufpr.com.br), estuda finanças partidárias e estrutura e organização dos partidos políticos. ✉ karolinamattosroeder@gmail.com